

Plano de Trabalho 2006 para os Projetos de Desenvolvimento Econômico Comunitário dos municípios de Buritizeiro, Barra do Guaicuí e Ibiaí

José de Andrade e John Wojciechowski

1. Introdução

Depois de muita discussão e reflexão na equipe, definimos os contornos gerais de uma metodologia que vai perpassar todos os trabalhos DEC na região de Pirapora, Barra do Guaicuí, Ibiaí e Buritizeiro. Essa metodologia foi elaborada a partir do incipiente e insatisfatório desenvolvimento da implementação dos projetos nessas cidades após a oficina de Desenvolvimento Comunitário e Gênero realizada em julho de 2005.

Finalizada essa oficina, os grupos comunitários conjuntamente com os representantes dos poderes públicos desses municípios ficar com a tarefa de implementarem os projetos elaborados, comprometendo-se a apresentar os resultados ao final de 2005. Porém, de maneira geral, os resultados obtidos pelos agrupamentos foram muito incipientes, para não dizer praticamente nulos.

A exceção a essa regra foi o grupo comunitário de Barra do Guaicuí, que a partir da implosão do coletivo que participou da oficina e do conflito que há entre lideranças comunitárias (Seu João e Seu Osmar), houve um prosseguimento das tarefas tiradas e iniciaram a construção de uma feira livre de Barra do Guaicuí. Porém, todas essas ações, por positivas e relevantes que são, não se enquadram dentro dos princípios do Desenvolvimento Comunitário:

“Desenvolvimento comunitário significa o desenvolvimento de todos os seus membros, unidos pela ajuda mútua e pela posse coletiva dos meios essenciais de produção e distribuição (Texto enviado pela rede sob o título: DEC – Conceitos e Práticas)”. Dizemos isso porque todas as ações da feira de Barra do Guaicuí foram realizadas apenas por dois membros do grupo: Seu Osmar e Seu Zé Maria. Os trabalhos restantes estacionaram no mesmo lugar onde iniciaram: no planejamento do projeto e só.

As causas desse processo, sob nosso ponto de vista, foram ocasionados pela falta de um acompanhamento sistemático da equipe PPA para facilitar a implementação dos projetos na realidade já que não houve, como se esperava, uma maior sinergia entre poder público e grupos comunitários. Outro aspecto importante em nosso modo de ver foi a forma como os comunitários e representantes das prefeituras foram convidados para a oficina de DEC. Não houve uma discussão prévia com os participantes sobre a obrigatoriedade de implementar ações depois da oficina. Ao descobrir isso somente no momento da oficina, uma parcela dos membros compreenderam a importância dessa iniciativa tentaram implementar e outros nem tanto.

Já no caso da ausência de um acompanhamento mais sistemático da equipe aos grupos comunitários acabou por favorecer a desagregação desses coletivos. Isso porque o espaço-tempo da oficina foi insuficiente para preparar os grupos a encararem o desafio de implementar os projetos de geração de renda numa realidade que possui um número infinitamente maior de variáveis e circunstâncias que um planejamento possa prever, ainda mais um realizado por algumas horas (no caso, no momento de mapear os recursos e identificar as dificuldades).

Outro efeito indesejado que contribuiu para esse cenário foi a falta de preparação por parte dos representantes dos poderes públicos locais a trabalharem com comunidades. Pela falta de um arranjo mais adequado na convocatória dessas pessoas para a oficina, acabou que esses representantes não se envolveram com o desenvolvimento das ações no período pós-oficina, simplesmente abandonando esses projetos, deixando-os a luz da sorte, demonstrando que a desvalorização da categoria dos pescadores artesanais profissionais está presente também na concepção de trabalho desses sujeitos.

Esses fatores apontados combinados com as características da categoria social pescadores - pouca experiência de organização coletiva democrática e equitativa em torno de um empreendimento econômico, falta de um repertório mais amplo de técnicas e conhecimentos, dificuldades em organizar o trabalho coletivo, dificuldades em comunicar-se, baixo perfil sócio-econômico, uma tradição histórica autoritária e hierárquica, circunstâncias e obrigações das colônias, número pequenos de lideranças entre outras – as chances de ocorrer o que ocorreu foram amplificadas em muitas vezes.

Com esses pressupostos em dia, iniciamos uma reflexão coletiva dentro da equipe PPA envolvida diretamente com os projetos de Desenvolvimento Econômico Comunitário (DEC) no início de 2006 para elaborar uma estratégia que desse conta de obter alguns objetivos nesse ano de trabalho com esses projetos:

1. Que ao final de 2006 os grupos comunitários estivessem capacitados a darem continuidade aos projetos de forma independente, sem nosso acompanhamento sistemático;
2. Que formasse um grupo capacitado a articular parcerias e buscar recursos externos, sejam eles materiais ou financeiros;

3. Que o conhecimento apreendido pelos grupos comunitários pudessem ser replicados pelas lideranças para um número maior de pescadores da base da categoria;
4. Que fossem capazes de organizar o trabalho coletivo, com distribuição de tarefas e de forma mais democrática;
5. Que se comunicassem melhor com os pescadores e comunidade;
6. Que aprendessem a fazer a gestão dos projetos e empreendimentos;
7. Que incremente a renda dos comunitários envolvidos e outros;
8. Que ampliasse o repertório de técnicas e conhecimentos dos comunitários.

Nesse sentido, esse documento pretende refletir o acúmulo de discussões (aproximadamente 30 horas) numa metodologia e, conseqüentemente, em um plano de trabalho que concretize na prática essas reflexões e objetivos estipulados.

2. Descrição Metodológica

Nossa proposta metodológica é apoiada teoricamente principalmente por trabalhos dos seguintes autores: BRANDÃO (1999) – Repensando a Pesquisa-participante; THIOLENT (1985) – Metodologia da Pesquisa-ação e GAJARDO (1987) – Pesquisa Participante na América Latina. Quando dizemos que é apoiada queremos dizer que nos utilizamos de alguns elementos dessas metodologias que julgamos adequadas a realidade trabalhada. Além dessas referências, enquanto instrumento de interlocução didática e pedagógica nos apoiamos em FREIRE (1981) – Pedagogia do Oprimido, principalmente as questões referentes a educação popular.

2.1 Acompanhamento dos grupos

Dito isso, nossa idéia é durante todo o ano de 2006 realizar um acompanhamento sistemático aos grupos comunitários envolvidos nos Projetos de Desenvolvimentos Econômico Comunitário, estando presente de forma mais cotidiana na realidade de implementação dos trabalhos. O significado desse acompanhamento é dar suporte técnico, organizativo e educativo a cada passo dado pelos grupos. Concretamente, isso significa realizar reuniões periódicas com os grupos, buscando problematizar os passos dados na direção da concretização dos empreendimentos, facilitando reuniões, compreendendo e auxiliando nas dificuldades, estimulando a reflexão sobre as ações e ações em cima de reflexões, organizando recursos didáticos para melhor compreensão dos conteúdos que serão desenvolvidos, auxiliando na distribuição de tarefas entre outras funções.

Importante dizer que esse acompanhamento mais sistemático não significa, em hipótese nenhuma, em tutelar as ações comunitárias e forma assistencialista. O que estamos propondo é inversamente proporcional a isso. Queremos que durante essa experiência prática, instrumentalizada por conhecimentos sistematizados da nossa experiência universitária aos quais os comunitários não tiveram oportunidades de acessar entre em contato com o saber popular das comunidades possa gerar uma síntese que permita um aprendizado mais consolidado sobre essa experiência que contribua na formação desses grupos como agentes multiplicadores no processo de educação pelo trabalho e de uma vivência prática.

Esse acompanhamento terá variações de acordo com o desenvolvimento dos trabalhos, onde em alguns momentos teremos estaremos mais próximos e em outros mais distantes, dependendo das demandas e das necessidades apresentadas. A tendência natural, no caso da metodologia estar dando certo, é o afastamento progressivo desse acompanhamento mais sistemático, transformando-se em monitoramento mais a distância.

2.2 Organização do Trabalho Coletivo

Esse item é um dos mais importantes para o sucesso dos trabalhos. Isso porque ao realizarmos reuniões periódicas com os grupos podemos notar que há dificuldades em trabalhar no coletivo. Na verdade, essa é uma característica que não é somente desses grupos. Movimentos sociais com maior tradição como o MST trava uma batalha permanente para sensibilizar os trabalhadores sem-terra se envolverem em coletividades como uma espécie de laboratório para as futuras cooperativas.

Nesse sentido, estaremos sempre discutindo a importância do trabalho coletivo de forma mais sistemática e com recursos didáticos para que esses grupos se convençam – de fato – dessa relevância. Porém, em última instância, a decisão são das pessoas, o que não impede que façamos a tentativa. Ao tratarmos da coletividade, inevitavelmente teremos que discutir uma série de fatores que fazem parte desse todo: divisão e cumprimento de tarefas, a democracia interna no grupo, organização, comprometimento, gestão financeira, comunicação, participação e outros aspectos da organização do trabalho.

Inicialmente, estamos testando uma forma organizativa que é a realização de atas das reuniões para que eles tenham um material mais visual sobre as tarefas. Outra proposta será a discussão dos critérios de

participação no grupo, questão que será desenvolvida com o tempo e a partir de experiências práticas para que haja uma coesão maior no grupo.

2.3 Formação Continuada e Agentes Multiplicadores (Oficinas, cursos, workshops, visitas, etc)

Temos a clareza de que é necessário aproveitar essa experiência de formação educativa, econômica e técnica dos pescadores envolvidos nos grupos DEC's para estimular esses líderes comunitários repassarem esses conhecimentos adquiridos para um conjunto maior de pescadores da base da categoria.

Entretanto, sabemos que esse é um desafio muito grande, ainda mais se considerarmos o tempo restrito que temos. Por isso, queremos prever na metodologia "garantias" mais objetivas para que isso aconteça. Nossa proposta é proporcionar uma formação continuada através de diversos espaços educativos: as próprias reuniões, oficinas e cursos com base naquilo que os grupos e outros indicarem como importante deles aprenderem e algumas sugestões nossas. As oficinas seriam aplicadas com duas finalidades distintas, porém complementares.

Um número de oficinas seriam aplicadas apenas para os grupos DEC (aproximadamente 15 pessoas de cada grupo x 6 municípios = 90 pessoas) com o objetivo de atender as demandas de aprendizagens que contribuirão para a implementação dos empreendimentos DEC. Outras teriam um caráter mais aberto para a comunidade e teriam um caráter mais de cursos técnicos que pudessem aumentar o repertório de conhecimentos e estimulassem a outras iniciativas de geração de renda, de forma mais independente, criando um ambiente favorável para a implementação de projetos que contassem com o suporte dos líderes comunitários.

As temáticas iniciais que estamos propondo para os cursos técnicos são:

- **Técnica de construção de casas – Adobe e Taipa:** sabendo do déficit habitacional e o atual estado de conservação das casas de pescadores artesanais acreditamos que essa técnica poderia beneficiar um número grande de famílias, com potencial para se transformar em trabalho e em geração de renda. Um possível recurso para ensinar essa técnica seria um grupo da Faculdade Estadual de Agronomia de Botucatu, SP e Arlete, trabalhadora do Movimento de Mulheres GRAAL de Buritizeiro.

- **Produtos de Frutos do Cerrado:** processamento de frutos do cerrado para a produção de doces, compotas, panetones e cestas alimentícias. Possível recurso: Arlete do GRAAL detém longa experiência com empreendimentos de Economia Popular Solidária com as comunidade rurais de Buritizeiro.

- **Turismo Solidário/ Educação Ambiental:** Capacitação de familiares de pescadores (pescadores e juventude) para atuarem como guia de turismo ecológico e cultural das colônias de pescadores na região do médio Rio São Francisco nas regiões de Ibiaí, Barra do Guaicuí, Pirapora, Buritizeiro, Beira Rio e Três Marias.

- **Silk-screen:** oferecer curso para aprender a revelar telas e impressão de camisetas através de silk-screen. Nesse curso queremos fomentar a criação de uma marca de camisetas que tematizem para serem vendidas nas colônias e eventos.

- **Confecção para mulheres:** curso com estilista para criação de modelos de roupas com estampas que tematizem o cerrado e a cultura do Rio São Francisco, se associando ao silk-screen.

- **Agroecologia para pescadores das ilhas e Hortas comunitárias:** curso que ensine técnicas de cultivo ecológico de produtos agrícolas cultivados nas ilhas do São Francisco e criação de hortas comunitárias para subsistência ou comercialização.

A característica comum a todas as oficinas seria a forma de aplicá-las. Estamos propondo usar uma forma mais objetiva de contribuir com a implementação dos conhecimentos tratados nas oficinas na realidade da comunidade. O que temos observado é que os conteúdos desenvolvidos nos espaços circunscritos e controlados das oficinas não são suficientes para prever todas as variáveis enfrentadas pelos comunitários na realidade no momento da implementação, dificuldades que muitas vezes os pescadores não dão conta de superá-las, gerando desmobilização e desânimo.

Por isso, queremos tentar implementar um esquema de Tempo-Oficina e Tempo-Comunidade e Tempo-Avaliação Coletiva. O Tempo-Oficina seria o momento de realizar espaços circunscritos para socializar técnicas, habilidades e conhecimentos que julgamos (comunidade e PPA) relevantes para a formação dos grupos. O Tempo-Comunidade seria o momento de tentar aplicar na realidade aqueles conhecimentos trabalhados nas oficinas pelos comunitários, sozinhos, sem nosso acompanhamento sistemático, ações essas que seriam avaliadas coletivamente e monitoradas pelo Tempo-Avaliação Coletiva depois de determinado tempo acordado na oficina, onde poderemos constatar de forma mais clara as reais dificuldades e contribuir efetivamente na superação das mesmas.

Dessa forma queremos estimular os próprios comunitários vivenciarem a construção de um empreendimento ou uma intervenção para a melhoria de sua comunidade onde teríamos um papel de

facilitadores desse processo. Porém, sabemos que a divisão social do trabalho existente compromete e dificulta a implementação do trabalho coletivo e por isso, estamos propondo de trabalhar sistematicamente apenas com os grupos DEC's até o final do ano, sob a base dos fundamentos de nossa proposta de trabalho para esse ano: necessidade de replicar os conhecimentos para a comunidade, dar continuidade aos empreendimentos depois de irmos embora, ser democrático, gerar renda, ser realizado sempre a partir da colônia, etc.

2.4 Educação Política

Esse item tem uma importância grande na medida em que não se trata de educação política partidária especificamente, mas em seu significado mais amplo, como qualquer ação humana destinada a organização coletiva. É preciso desenvolver esse tema dentro de um processo de compreensão das instituições que organizam a vida coletiva como a função social dos poderes locais e instituições (IBAMA, IEF, ONG'S, UNIVERSIDADES, SEAP, ESTADO, ETC) até organizações populares em torno de projetos DEC até um associação de bairro ou outras mais.

A partir da construção das parcerias com instituições que desejam apoiar os empreendimentos queremos discutir de maneira mais aprofundada o papel dessas instituições, suas origens, finalidades, caráter, obrigações, características gerais e outras informações relevantes para que o pescador tenha uma compreensão mais ampla das mesmas e lhe permita utilizar desses recursos de forma mais adequada e eficiente.

3. Monitoramento e avaliação permanente dos resultados

Por conta do pouco tempo e dos grandes desafios que temos pela frente, queremos propor aspectos mais objetivos para avaliar os avanços ou os retrocessos das ações dos grupos comunitários relacionados aos objetivos finais de cada projeto DEC. Nesse sentido, estipulamos alguns elementos necessários para que possamos ter condições de verificar nossos resultados.

Torna-se necessário investigarmos algumas variáveis quantitativas e qualitativas atuais que pertencem aos grupos comunitários que temos trabalhado com o objetivo de comparar as condições sociais atuais e depois de finalizada nossas intervenções sociais. Com isso, teremos uma maior clareza dos impactos de nossas ações e o quanto, objetivamente, evoluíram os trabalhos.

Em termos de resultados esperados, podemos distingui-los em duas formas distintas e complementares. Um em termos processuais, ou seja, quais foram as aprendizagens dos grupos comunitários, e outra em termos de produtos, ou seja, na implementação de feiras, de agregação de valor ao pescado, na comercialização de produtos do peixe e outras iniciativas de geração de renda concretizadas.

Para esses dois aspectos teremos variáveis para inferirmos nosso sucesso ou fracasso. No caso dos produtos, as variáveis são os próprios empreendimentos, se foram realizados ou não. Já em termos processuais estamos querendo identificar alterações nos seguintes aspectos:

- **Autonomia dos grupos:** um indicador para identificar o desenvolvimento da autonomia do grupo são as iniciativas e o gerenciamento independente de projetos, sejam eles econômicos, culturais ou políticos, sem nosso acompanhamento sistemático, assim como a mobilização de recursos locais e externos. Objetivamente, queremos identificar um menor número de acompanhamentos de integrantes do PPA como indicador de independência e relacionar ao sucesso das iniciativas sem nosso acompanhamento mais cotidiano; a capacidade de integração com outras entidades e instituições; e a busca de recursos financeiros para a viabilidade desses projetos.

- **Democracia interna:** queremos observar como os grupos comunitários se desenvolvem em termos de suas instâncias deliberativas, a disseminação das informações dos líderes para a base da categoria, a postura inclusiva dos membros do grupo nas decisões, o tratamento relacionado aos conflitos e das divergências;

- **Raio de ação das iniciativas de DEC:** parâmetros quantitativos como o número de famílias direta ou indiretamente beneficiadas e o potencial futuro desses empreendimentos;

- **Agentes multiplicadores:** outro indicativo que queremos observar como fator de sucesso é o número de empreendimentos (sejam eles econômicos, políticos e culturais) que os membros do grupo lideram/facilitam além dos Projetos DEC's elaborados na oficina de jul/2005. Além disso, o quanto modificou a realidade desses novos comunitários será outro ponto de apoio, qualitativo, para nossa análise dos resultados dentro do processo. Dessa forma, poderemos precisar mais a difusão dos conhecimentos gerados pelas oficinas e workshops proporcionados pelos PPA;

- **Geração de renda:** queremos mapear o quanto o grupo possui em termos de renda na atualidade para comparar ao final de nosso acompanhamento e as respectivas transformações e impactos, se tiverem;

- **Poder de consumo:** alterações na capacidade de consumo no interior da casa dos pescadores envolvidos é um outro indicativo objetivo de sucesso dos empreendimentos na economia popular dos grupos comunitários;

- **Sustentabilidade dos empreendimentos:** em se tratando de perspectivas de desenvolvimento comunitário queremos observar se as iniciativas econômicas desenvolvidas se preocupam com dimensões ecológicas, sociais e econômicas;

- **Capacidade organizacional:** alterações na forma de se comunicar no interior dos grupos comunitários e entre esse e a base dos pescadores, além de alterações ocorridas também na forma de comunicação da diretoria das colônias e a base. Outros fatores estão relacionadas as reuniões dos grupos e das colônias envolvidas, número de assembléias, prestação de contas e gestão transparente e democrática dos recursos financeiros, etc;

- **Transferências e novas sínteses de tecnologias:** outro elemento será o uso dado a novas tecnologias proporcionadas por cursos e oficinas organizadas pelo PPA, assim como as transformações e adaptações populares realizadas nessas técnicas, criando novas formas de aplicação tecnológica adaptadas as necessidades locais;

3.1 Avaliação continuada

Estamos propondo que a cada três meses façamos um encontro entre os grupos comunitários para uma avaliação coletiva dos avanços e retrocessos e para trocas de experiências comuns entre os diversos grupos para um monitoramento entre lideranças, instituições envolvidas e pesquisadores PPA. Nesse sentido, em termos gerais, teremos seminários onde além de observarmos esse desenvolvimento, estaremos estipulando metas a curto prazo para serem apresentados nos próximos encontros, nos permitindo um impacto mais rápido e dinâmico.

Dentro dos espaços mais específicos, ou seja, dos cursos e oficinas, o espaço de avaliação serão os encontros para avaliação dos tempos comunidades – tempo dado para o cumprimento de ações práticas na comunidade. Além desses espaços, as reuniões de acompanhamento terão essa função também, só que de forma mais cotidiana e detalhada.

4. Cronograma

Mês	Oficina	
Abril/06	Participação Social e troca de experiências DEC (Elena)	
Mai/06	Oficina de comercialização e Marketing Social (John e Zé Andrade)	
Junho/06	Oficina Organização do Trabalho Comunitário (produção, organizacional, gestão financeira e captação de recursos financeiros (Beto Alves e Zé Andrade)	
Julho/06	Avaliação do Tempo Comunidade/Monitoramento	
Agosto/06	Avaliação do Tempo Comunidade/Monitoramento	
Setembro/06	Oficina de Economia Popular Solidária/ Cooperativismo	
Outubro/06	Tempo Comunidade	
Novembro/06	Avaliação do Tempo Comunidade	
Dezembro/06	Avaliação final do ano e perspectivas	
Fevereiro/07	Monitoramento das ações comunitárias sem o acompanhamento PPA;	
Junho/07	Monitoramento das ações comunitárias sem o acompanhamento PPA;	

Cursos
técnicos

5. Articulações e parcerias